



Project no. GOCE-036955

**LUPIS**

**Land Use Policies and Sustainable Development in  
Developing Countries**

**Specific Targeted Project  
Integrating and Strengthening the European Research Area  
Work Package 7**

**Relatório do trabalho no Território do Sisal (Valente - Ba)**

**Análise da política pública ligada ao PETI  
(Programa de erradicação do trabalho infantil)**

**Gaëlle Corey ENSV França  
Marc Piraux CIRAD/UFCG  
Sergio Guilherme de Azevedo EMBRAPA SEMI-ÁRIDO  
Pedro Carlos Gama da Silva EMBRAPA SEMI-ÁRIDO  
Jean-philippe Tonneau CIRAD**

**Fevereiro de 2011**

# Sumário

<b>PETI.....</b>	<b>1</b>
<b>SUMARIO .....</b>	<b>2</b>
<b>1 CONCEPÇÃO.....</b>	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
1.1 PROJETO DE SOCIEDADE.....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
1.1.1 Público alvo.....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
1.2 OBJETIVOS DEFINIDOS.....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
1.3 ESTRATÉGIA ESCOLHIDA E EVOLUÇÃO .....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
1.4 AÇÕES PREVISTAS .....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
1.4.1 A Jornada Ampliada.....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
1.4.2 A Bolsa Criança Cidadã .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
1.4.3 O trabalho com as famílias .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
1.4.4 Desligamento do programa .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
1.5 AVALIAÇÃO E MEDIDAS DE IMPACTOS.....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
1.5.1 Principais Informações para a Construção dos Indicadores de Processo Percentual de Jornadas Ampliadas implantadas de acordo com os padrões mínimos de qualidade estabelecidos.	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
1.5.2 Principais Informações para a Construção dos Indicadores de Resultado Percentual de execução físico-financeira das metas pactuadas - Bolsa e Jornada Ampliada. ....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
1.5.3 Principais Informações para a construção dos Indicadores de Impacto	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
<b>2 IMPLEMENTAÇÃO AO NÍVEL DO TERRITÓRIO .....</b>	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
2.1 CONTEXTO .....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
2.2 PREPARAÇÃO DO PROGRAMA E ESCOLHA DOS MUNICÍPIOS	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
2.3 INICIAÇÃO DO PETI .....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
2.4 INGRESSAR O PETI.....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
2.5 OS PROGRAMAS QUE NASCERAM DO PETI .....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
2.5.1 Projeto “Agente de Família” (PAF) .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
2.5.2 Projeto “Baú de Leitura” .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
2.5.3 Projeto Prosperar .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
2.5.4 Projeto Cabra Escola .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
2.6 OS ATORES DO TERRITÓRIO.....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
2.6.1 A sociedade civil .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
2.6.2 O poder público.....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
2.6.3 Os novos empregos do PETI .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
2.6.4 As famílias, principais beneficiárias do PETI .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
2.7 A TRAJETORIA DO PETI .....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>

2.8	RECURSOS .....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
2.8.1	Co-financiamento dos governos Municipal, Estadual e Federal	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
2.8.2	A participação da sociedade civil .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
2.8.3	A tramitação da Bolsa Criança Cidadã para a família .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
2.9	AÇÕES IMPLEMENTADAS.....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
<b>3</b>	<b>GOVERNANÇA .....</b>	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
3.1	PAPEL DO GOVERNO E DOS DIFERENTES ATORES..	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
3.1.1	O PETI da sociedade civil: de 1997 a 2006.....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
3.1.2	A municipalização em 2006 .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
3.2	CONFLITOS .....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
3.2.1	Os conflitos políticos.....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
3.2.2	Compreensão entre os professores da escola e os monitores da UJA	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
3.3	SISTEMA DE INFORMAÇÃO E DO MONITORAMENTO	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
3.4	PROBLEMAS, EVOLUÇÃO E AJUSTES .....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
3.4.1	Frequência escolar dos alunos .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
3.4.2	Problemas desde a municipalização e consequencias .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
<b>4</b>	<b>IMPACTOS PROVAVEIS DO PETI E ESCOLHO DOS INDICADORES</b>	<b>ERREUR ! SIGNET NON</b>
	<b>DEFINI.</b>	
4.1	SOCIAL .....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
4.1.1	Impactos sobre as crianças e os adolescentes .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
4.1.2	Impactos sobre as famílias .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
4.1.3	Impactos sobre os atores .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
4.2	INSTITUIÇÃO.....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
4.2.1	Nova forma de trabalhar .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
4.2.2	Criação de novas instituições .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
4.2.3	Surgimento de novas lideranças .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
4.2.4	Fortalecimento político e financeiro das instituições .....	<b>Erreur ! Signet non défini.</b>
4.3	ECONOMICO .....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
4.4	AMBIENTAL.....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>
4.5	IMPACTOS E INDICADORES .....	<b>ERREUR ! SIGNET NON DEFINI.</b>

## Figuras

Figura 1: Envolvimento dos atores do PETI no Território do Sisal. FONTE: Magalhães, 2008

.....**Erreur ! Signet non défini.**

Figura 2: Ilustração da dinamica do PETI em função do tempo .....3

Figura 3: interações entre as varias entidades do PETI entre 1997 e 2006 .....3

# 1 . CONCEPÇÃO

## 1.1 Projeto de sociedade

Antes da década de 1980, o trabalho infantil era considerado, no Brasil, um fenômeno positivo. Assim, trabalhar era visto pela população tanto como um meio de educação como uma medida de luta contra a delinquência. *“O Código do Menor, que vigorou por mais de sete décadas, até ser revogado pelo ECA em 1990, por exemplo, entendia que o menor que não estudava ou trabalhava como um potencial delinqüente e, portanto, a ação do Estado deveria concentrar-se no aparelhamento das estruturas punitivas do poder público”* (Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho 2004). A mudança de mentalidade ao início da década de 1980 está relacionada à reputação de desigualdade social e econômica que o Brasil tinha no mundo. O Brasil foi sinalizado como um dos piores países. Nesse âmbito, nasceu o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), que, junto com a UNICEF e outras instituições não-governamentais, participou da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foi um processo de mobilização nacional extraordinário, com o apoio de vários segmentos da sociedade (Castelfranchi).

Assim, desde 1989 os Direitos da Criança são reconhecidos na constituição. Ademais, o Brasil assinou as convenções internacionais sobre os Direitos da Criança (1989) da Organização das Nações Unidas (ONU) e sobre o trabalho infantil (1973 e 1999) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma agência especializada da ONU. Essas convenções são harmonizadas com a constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e Adolescente. Apesar desse reconhecimento dos direitos da criança, nada foi feito para erradicar o trabalho infantil pelo governo federal. A sociedade civil, em especial do território do Sisal, com o apoio indispensável das ONGs (MOC, OIT, UNICEF...), do poder público local (SETRAS) e do Ministério do Trabalho e Emprego (DRT) brigaram muito para incentivar o governo a atuar. Essa luta tomou mais força no início da década de 1990.

Com efeito na região sisaleira, muitas crianças e adolescentes sofriam de mutilações por causa do uso de facas e do motor do sisal, sendo o trabalho no sisal uma das piores formas de trabalho. Quando tal acidente ocorresse, os pais iriam atrás do STRAF para buscar direitos. Vendo o número de mutilações de crianças e adolescentes, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e dos Agricultores Familiares (STRAF) começaram a se mobilizar e informar as organizações internacionais. A mobilização da sociedade civil nessa região, já presente na década de 1980, tomou ainda mais forças na década de 1990. Por isso, a região sisaleira foi

uma das regiões brasileiras que se mobilizou muito para a erradicação do trabalho infantil. Em 1993, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) organizou um seminário e uma série de reuniões no município de Retirolândia, em parceria com o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), o que aumentou a força da mobilização. Assim, a mobilização para a erradicação do trabalho infantil se traduziu em nível nacional e regional por intermédio da organização por a organização de muitas caravanas em Brasília e de seminários no Brasil, a denuncia nas mídias e a criação em 1994 do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) (Vera Carneiro, Eliana Carneiro, Ildes Ferreira). (Organização Internacional do Trabalho 2003; Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho 2004).

Porém, de acordo com Vera Carneiro e Eliana Carneiro, não foi tanto a mobilização da sociedade civil que impactou o governo na criação do PETI: foram mais as perdas econômicas causadas pelo boicote nos outros países do mundo dos produtos brasileiros feitos com mão-de-obra infantil. Com efeito, graças às organizações internacionais, os cidadãos dos países onde se vendia aqueles produtos foram informados da sua origem e muitos pararam de comprá-los.

De acordo com a Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que promove o programa, o PETI foi redigido *“dentro de uma concepção de gestão intergovernamental, de caráter intersetorial e envolveu, em todas as etapas, a participação da sociedade civil”* (Secretaria de Estado de Assistência Social, portaria 458, 2001).

O programa foi implantado pela primeira vez em 14 municípios do Mato Grosso do Sul, em maio de 1996. Em 1997, o PETI foi implantado no Pernambuco e no território do Sisal da Bahia.

O locus de atenção do PETI é a família. Há 3 tipos de público alvo:

- Ao início, o público alvo era famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, com crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos que trabalhavam nas atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes (Secretaria de Estado de Assistência Social, portaria 458, 2001). A Portaria Nº 385, de 26 de julho de 2006, prolongou a faixa etária até 15 anos incluídos e abriu o acesso ao PETI às crianças que trabalham em diversas situações de trabalho, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

- O Programa pode ainda atender os casos de adolescentes de 15 anos de idade vítimas de exploração de sua mão de obra em situação de extremo risco. Este atendimento dar-se-á através das estratégias operadas pelos Programas Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e Sentinela.
- O Programa pode também atender casos de crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, oriundos de famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, vitimados pela exploração sexual comercial, decorrentes de encaminhamento do Programa Sentinela, com anuência expressa dos Conselhos Tutelares (Secretaria de Estado de Assistência Social, portaria 458, 2001).

No âmbito desse trabalho sobre a agricultura familiar, o público que vai ser estudado corresponde ao primeiro tipo. No Território do Sisal, as crianças atendidas trabalham no sisal ou nas pedras.

## 1.2 Objetivos definidos

Quando nasceu, o único objetivo do PETI era eliminar as piores formas de trabalho infantil na zona rural. Esse objetivo evoluiu e finalmente chegou a todos os tipos de trabalho infantil nas zonas urbana e rural em 2005. O PETI tem outros objetivos a mais disso:

- melhorar a qualidade de vida das famílias, do ponto de vista da emancipação financeira, mas também da resocialização, valorização e respeito (Secretaria de Estado de Assistência Social, portaria 458, 2001);
- garantir acesso à educação.

Enfim, o PETI inscreve-se no objetivo da União de *“criar uma sociedade mais justa e mais respeitosa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Além disso, esse programa é um meio de combater a pobreza”* e a desigualdade espalhada pelo Brasil ([Portaria nº 666 de 28 de dezembro de 2005](#)).

Enfim, de acordo com Vera Carneiro e Eliana Carneiro, o governo quis erradicar o trabalho infantil para fortalecer o mercado brasileiro internacional.

## 1.3 Estratégia escolhida e evolução

Para erradicar o trabalho infantil, o governo decidiu implementar uma política pública processual fortalecendo o acesso a educação das crianças e adolescentes e também de apoio às famílias.

Cinco pontos podem ser destacados em dois tipos de ações: o serviço sócio-educativo e a concepção da Bolsa Criança Cidadã:

- dar um serviço sócio-educativo
- possibilitar a inserção e permanência de crianças e adolescentes na escola de forma integrada;
- implantar atividades complementares à escola - Jornada Ampliada - para as crianças que ficam em escolas mais distantes e não trabalham;
- proporcionar apoio e orientação às famílias beneficiadas;
- promover programas e projetos de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda junto às famílias
- conceder uma complementação mensal de renda - Bolsa Criança Cidadã, às famílias

Assim, o PETI é a aliança de uma Bolsa concedida à família e de um acesso obrigatório à escola o dia inteiro para as crianças e adolescentes. Esse modelo já foi implantado no Distrito Federal para melhorar a educação das crianças dessa região. Assim, o programa fica baseado sobre um modelo já existente.

Para implantar o PETI, a participação das três esferas do governo em diversos setores como a educação, a saúde, a assistência social, a justiça e também a parceria dessas entidades com as instituições e a sociedade civil são necessárias.

## **1.4 Ações previstas**

O PETI prevê a constituição de Comissões municipais, Estaduais e Nacionais que têm, em especial, o papel de mobilizar os atores e contribuir na elaboração do Plano de Ações Integradas (PAI) aos três níveis. Esse programa se articula em 3 tipos de ações, planejadas no Plano de Ações Integradas: a Jornada Ampliada, a concepção da Bolsa Criança Cidadã e o trabalho com a família beneficiária.

### ***1.4.1. A Jornada Ampliada***

A Jornada Ampliada é uma ação educativa complementar à escola sob responsabilidade do Município, segundo a qual o objetivo é o de retirar as crianças do campo para que não mais trabalhem. A Jornada se divide em dois núcleos:

O núcleo básico, que visa a enriquecer o universo informacional, cultural e lúdico de crianças e adolescentes por meio de atividades complementares e articuladas, e apoiá-los em seu processo de desenvolvimento, fortalecendo sua auto-estima, em estreita relação com a família, a escola e a comunidade.

O núcleo específico, que visa a desenvolver uma ou mais atividades artísticas, desportivas e/ou de aprendizagem, tais como:



- atividades artísticas em suas diferentes linguagens que favoreçam a sociabilidade e preencham necessidades de expressão e trocas culturais;
- práticas desportivas que favoreçam o auto-conhecimento corporal, a convivência grupal e o acesso ao lúdico;
- atividades de apoio ao processo de aprendizagem, por meio de reforço escolar, aulas de informática, línguas estrangeiras, educação para a cidadania e direitos humanos, além de educação ambiental;
- ações de educação para a saúde, priorizando o acesso a informações sobre os riscos do trabalho precoce, da sexualidade, gravidez na adolescência, malefícios do uso de drogas, DST/AIDS, entre outros temas.

A Jornada Ampliada deve manter perfeita sintonia com a escola. Nesse sentido, será elaborada uma proposta pedagógica sob responsabilidade do setor educacional.

*“Em nenhuma hipótese podem ser desenvolvidas atividades profissionalizantes ou ditas “semi-profissionalizantes” com as crianças e adolescentes do PETI.”*

As atividades da jornada ampliada devem acontecer de segunda à sexta-feira, durante todo o mês, com carga de quatro horas em cada período, conforme os períodos em que as crianças e os adolescentes estiverem na escola. A Jornada Ampliada não pode ser suspensa nos períodos de férias (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome 2004; Ministério da Previdência e Assistência Social 1999).

Essa Jornada Ampliada foi a origem de problemas, por conta de dificuldades de encontro do lugar da reunião, a infraestrutura das UJAs. Por isso as crianças foram atendidas em lugares ruins até que novos prédios fossem construídos (Adalicio dos Santos Lima).

#### ***1.4.2. A Bolsa Criança Cidadã***

O valor da bolsa foi de R\$25,00 por criança/adolescente por mês até um limite máximo de três crianças por família (Secretaria de Estado de Assistência Social, portaria 458, 2001). Em 2004, não há mais limite de 3 crianças: *“não há limite fixo de bolsas por família”* (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome 2004). Porém, segundo Adalício dos Santos Lima, o coordenador do PETI em Valente, a família recebe a bolsa criança cidadã para 3 crianças no máximo.

Em 2006, o PETI ingressou na Bolsa Família e o valor da variável da Bolsa Criança Cidadã evoluiu: para R\$22,00. Assim, a família que integra o PETI recebe entre R\$90,00 e R\$134,00 por mês segundo o Número de crianças, sendo um valor fixo de R\$68,00 por mês para a Bolsa Família.

Até 2004, as famílias recebiam cada mês cheques de R\$25,00, pagos pela prefeitura. Esse processo encontrou problemas de regularidade de pagamento e o sistema evoluiu. Desde 2004, com a implantação do Cadastramento Único, o pagamento das bolsas passou a ser realizado diretamente para as famílias, por meio do Cartão do Cidadão para algumas famílias. Isso foi generalizado em 2006 com a Bolsa Família. Desta forma, os custos para pagamento das bolsas às famílias são de responsabilidade da SEAS/MPAS, por intermédio do agente operador, a Caixa Econômica Federal (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome 2004).

De acordo com Adalício dos Santos Lima, a mãe é a responsável pelo cartão de cidadão (a conta fica no nome dela) porque, para o governo, é a segurança de que o dinheiro vai ser investido no desenvolvimento sustentável da família.

O pagamento pode ser suspenso quando:

- um ou mais filhos não obtiverem a frequência mínima exigida na escola e a Jornada Ampliada (75%) não tiver nenhuma justificativa para isto;
- a família não cumprir seus compromissos junto ao Programa em um determinado mês (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome 2004).

#### ***1.4.3. O trabalho com as famílias***

A família é o lugar por excelência de proteção e inclusão social. Então, o trabalho deve fortalecer os laços familiares, criar espaços de socialização e construção de identidades, além de fortalecer a autonomia da família.

O trabalho direcionado ao grupo familiar deve se desenvolver em interface com os serviços das demais políticas públicas, estabelecendo-se um sistema de rede que possa desenvolver algumas das seguintes ações/serviços/programas:

- apoio socioeducativo;
- complementação de renda familiar;
- programas de geração de trabalho e renda;
- programas de socialização e lazer voltados à ampliação e ao fortalecimento de vínculos relacionais e à convivência comunitária;
- programas que objetivem a ampliação do universo informacional e cultural, facilitando a participação nas decisões e no destino dos serviços e da comunidade onde se inserem;

- serviços especializados de apoio psicossocial às famílias em situações de extrema vulnerabilidade, como desemprego, alcoolismo, maus tratos etc., assim como serviços advocatícios, psicoterapêuticos, entre outros;
- programas culturais que visem a oferecer acesso efetivo à cultura e suas diversas manifestações, desenvolvimento dos talentos artísticos e possibilidades de troca.

O apoio socioeducativo se constitui de ações que oferecem oportunidade de desenvolvimento social, humano e econômico, visando à socialização, à ampliação do campo de conhecimentos, dos vínculos relacionais e da convivência comunitária.

Os programas e projetos de geração de trabalho e renda “devem ser concebidos no âmbito das Comissões Estaduais e/ou Municipais de Emprego, considerando as perspectivas de desenvolvimento regional e local”. Há dois tipos de apoio:

- apoio técnico e de financiamento para favorecer o desenvolvimento da produção;
- ações de formação e qualificação profissional das famílias (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome 2004; Ministério da Previdência e Assistência Social 1999).

#### ***1.4.4. Desligamento do programa***

Uma família pode ser desligada do programa em diversas situações:

- Quando o filho completar 16 anos;
- Quando não participar de atividades socioeducativas e de geração de emprego e renda oferecidos;
- Quando a família atingir o limite máximo de quatro anos no Programa, contados a partir da sua inserção em programas e projetos de geração de renda;
- Quando mudar de município;
- Quando não cumprir suas obrigações perante o Programa.

Essas ações de trabalho com a família e os objetivos das Jornadas Ampliadas associadas às Comissões deixam aos atores locais uma liberdade de ação que faz do PETI uma política pública processual.

### **1.5 Avaliação e medidas de impactos**

O governo previu, na portaria 458 de 4 de outubro de 2001 que estabeleceu Diretrizes e Normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, uma avaliação do programa

para que os governos federal, estadual e municipal identifiquem problemas e retratem o desenvolvimento das atividades do Programa, a efetividade dos objetivos e as mudanças provocadas.

O sistema previsto, de base municipal, leva a três tipos de indicadores: indicadores de processo, de resultado e de impacto.

***1.5.1 Principais Informações para a Construção dos Indicadores de Processo Percentual de Jornadas Ampliadas implantadas de acordo com os padrões mínimos de qualidade estabelecidos.***

- frequência do recebimento de Relatório de Execução Físico-Financeira;
- regularidade no pagamento mensal das bolsas às famílias;
- média de horas anuais de capacitação oferecidas aos monitores da Jornada Ampliada;
- média de atividades mensais, de caráter sócioeducativo, oferecidas às famílias;
- média anual de programas e projetos de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda oferecidos às famílias;
- outros indicadores estabelecidos pela SEAS para os casos de crianças e adolescentes vitimados pela exploração sexual e de adolescentes de 15 anos de idade vítimas de exploração de sua mão-de-obra em situação de extremo risco.

***1.5.2. Principais Informações para a Construção dos Indicadores de Resultado Percentual de execução físico-financeira das metas pactuadas - Bolsa e Jornada Ampliada.***

- Taxas de matrícula inicial e final;
- percentual de frequência mínima à escola;
- percentual de frequência mínima à Jornada Ampliada;
- taxa de evasão escolar;
- taxa de repetência escolar;
- percentual de famílias capacitadas profissionalmente e em programas e projetos de geração de trabalho e renda. Percentual de egressos incluídos em outros programas sociais;

***1.5.3. Principais Informações para a construção dos Indicadores de Impacto***

- percentual de Crianças e Adolescentes de 7 a 14 anos que foram retirados do trabalho infantil nas atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes;
- índice de defasagem idade-série;

- média de escolaridade das crianças, adolescentes e egressos;
- renda das famílias beneficiadas;

## **2. IMPLEMENTAÇÃO AO NÍVEL DO TERRITÓRIO**

O território do Sisal é um dos três territórios pioneiros na implantação do PETI no Brasil. Esse território foi escolhido graças à forte mobilização social que lutou para o PETI. Essa mobilização no Sisal se explica pela forte concentração de mão-de-obra infantil na sisacultura, particularmente penosa e perigosa.

Quando o território foi escolhido, o governo da Bahia procurou a sociedade civil para ajudar a implementar o programa que atuou com o apoio do UNICEF e da OIT. Esse processo já é diferente do que aconteceu nos outros Estados: na Bahia, a sociedade civil foi envolvida pelo Governo através do MOC e do projeto ACHE.

### **2.1. Preparação do programa e escolha dos municípios**

A preparação do programa foi feita com a participação da sociedade civil (MOC), o que foi um avanço importante no funcionamento do Estado. Com efeito, o Brasil, com sua história de ditadura, nunca tinha trabalhado junto à sociedade civil.

A implementação do programa com as famílias foi preparado em três etapas:

- construção das instâncias de gestão em níveis estadual, regional e municipal;
- criação de instâncias de gestão e de operação, como a Comissão técnica de Operacionalização, as Comissões Regionais e Municipais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e os Grupos Gestores;
- definição de critérios de elegibilidade para atribuição de bolsas.

Para começar, uma Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil (COMPETI), na Bahia foi criada, composta entre outros de membros como: Ministério Público do Trabalho; Ministério do Trabalho; Conselho de Assistência Social e Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente; Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG); Movimento de Organização Comunitária (MOC); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Depois de uma investigação, essa comissão decidiu a criação de Comissões Municipais e Regionais de Erradicação do Trabalho Infantil para facilitar a condução das atividades futuras. Dois estudos, um diagnóstico socioeconômico da Região e um cadastro das crianças trabalhadoras e suas famílias, feito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), permitiram a

combinação de três critérios para a escolha dos primeiros municípios a serem contemplados com a implementação do PETI: grau de mobilização social; índices de pobreza; índices de trabalho infantil.

Com essa metodologia, dois municípios foram escolhidos: Retirolândia e Santaluz. Em 1997, foram incluídos os municípios de Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe e Valente. Em 1998, 12 novas cidades foram incluídas e em 2000, 13 (Organização Internacional do Trabalho 2003).

## **2.2. Ingressar o PETI**

As famílias que podem ingressar no PETI devem ter um salário familiar de até meio salário mínimo e crianças entre 7 e 15 anos que trabalham.

Ao início, um cadastramento foi feito pela UFBA que entrevistou todas as famílias dos municípios da zona rural e filtrou as entrevistas para ver em quais tinha trabalho infantil. Esses dados foram encaminhados para o Estado (SETRAS) e para o MDS. Foi assim que foram escolhidas as primeiras famílias do PETI. Os STRAFs só deram um suporte para facilitar o estudo sem influenciar a escolha das famílias. (Vera Carneiro e Eliana Carneiro)

Desde a municipalização em 2008, na maioria dos casos, a família procura a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) para ingressar no PETI. O perfil da família a autoriza a ingressar no PETI: *“a família deve alimentar o cadastro único no campo de 270 para o PETI.”* (Adalicio dos Santos Lima).

## **2.3. A iniciação do PETI**

A metodologia para implementar o PETI no Território do Sisal se baseou sobre a experiência que o Fórum Nacional já tinha no Mato Grosso do Sul:

- criação de Unidades de Jornada Ampliada (UJAs), onde as crianças a serem retiradas do trabalho deveriam ser encaminhadas no horário contrário ao período de aulas para realização de atividades sócioeducativas;
- seleção, treinamento e contratação dos monitores responsáveis pelo funcionamento das UJAs;
- pagamento das bolsas, preferencialmente para as mães das famílias selecionadas, mediante comprovação de frequência escolar em programas (Organização Internacional do Trabalho 2003).

Pagar as bolsas, sendo mais fácil que criar as Unidades de Jornada Ampliada, o pagamento das bolsas começou em 1996 antes do início das Jornadas que aconteceu, quanto a ele, em setembro de 1997 (Vera Carneiro e Eliana Carneiro, Gilca Morais).

## **2.4. Os projetos da sociedade civil**

Uma vez garantidas as ações diretamente relacionadas à retirada das crianças do trabalho e seu encaminhamento para as escolas e para as UJAs, uma série de projetos de fortalecimento da família em termos econômicos e da promoção da cidadania foi implementado pela sociedade civil:

- Participação familiar com o Projeto Agentes de Família;
- Aprendizagem e leitura com o Projeto Baú de Leitura;
- Geração de renda com os projetos Prosperar e Cebra-escola (dos Santos Lima 2009a, 2009b) (Organização Internacional do Trabalho 2003).

### **2.4.1 Projeto “Agente de Família” (PAF)**

O PAF, desenvolvido de 1999 até 2005 pelo MOC, com apoio da UNICEF e em parceria com os sindicatos e os grupos gestores, surgiu após avaliação e constatação de que as famílias beneficiadas pelo programa desconheciam as origens do PETI, como o programa funcionava, suas principais linhas programáticas, assim como o próprio papel de protagonista das famílias. Assim, ajudava a enraizar a cultura da “dádiva” e, conseqüentemente, da subserviência. O desafio era, portanto, como trabalhar com as famílias para que elas pudessem participar melhor do PETI, tornando-se sujeitos do processo e vendo o programa como o resgate da cidadania infanto-juvenil, expressão de um direito e não como benevolência de quem quer que seja. Foi a partir dessa preocupação que surgiu a idéia do Agente de Família (Pinheiro T. Paraíso e de Quintella Baptista 2001).

*“Os agentes de família são mobilizadores sociais que levam informações às famílias para que elas possam reivindicar seus direitos dentro das políticas públicas (saúde, esporte, cultura...)”* (Roquinho e Silvío).

Os agentes de família potenciais eram indicados pelas comunidades. Assim, os agentes de família eram pessoas do município que conheciam o campo. Eles foram selecionados depois de uma prova escrita e oral no STRAF, com uma pessoa do MOC. A formação necessária era o primeiro grau e os agentes tinham que ter pelo menos 18 anos. Todos os agentes receberam uma capacitação de 5 dias depois da seleção e outras formações. (Roquinho e Silvío).

O PAF era desenvolvido pelo MOC com o apoio do UNICEF e em parceria com os STRAF.

O agente tem o papel de identificar os problemas e as dificuldades da família a partir dos quais atuam. O trabalho dos agentes é muito diversificado:

- acompanham a escola e o andamento das crianças;
- acompanham a Jornada Ampliada;
- articulam a participação das famílias nos eventos relacionados ao PETI;
- formam e informam as famílias sobre seu papel na sociedade;
- motivam as famílias a participar das atividades comunitárias;
- identificam os problemas e buscam juntos as possíveis soluções (com os parceiros e as instituições responsáveis pelo programa) (Clécia Silva et al. 2009).

Segundo Gilca, o PAF é um projeto que consiste em visitar as famílias, organizar oficinas (reuniões de capacitação sobre saúde, educação, planejamento...). O agente visitava as famílias e detectava uns problemas das famílias levava a reuniões e ações (ex: distribuição de filtros de água, acompanhamento da vacinação infantil...).

Esse programa permite também um relacionamento mais próximo da família com a escola, o fortalecimento da auto-estima com a pertença a associações, sindicatos, igrejas, cultura... É importante saber que muitas famílias tinham vergonha de ser rurais, de trabalhar com o sisal... *“Os agentes de família são uma das pessoas que ajudaram mais”* (Urbano Carvalho).

#### **2.4.2. Projeto “Baú de Leitura”**

Esse projeto foi construído em 1999 pelo MOC, com incentivo do UNICEF e apoio do Centro Luís Freire *“para melhor qualificar a educação da região e garantir o direito das crianças e adolescentes a ter acesso à literatura”* (Carneiro, Lima, Baptista 2007). Como não apenas as crianças têm pouco acesso aos livros, nomeadamente nas escolas do campo, mas também a aprendizagem da leitura fica pouco eficiente e não desenvolve um interesse duradouro das crianças e adolescentes pela leitura (Centro Dom José Brandão de Castro et al. 2008) (Zhara Leite Souza).

O Baú de Leituras consiste em uma maleta itinerante, composta por 15 obras agrupadas em três “motes”, que orientam a escolha do acervo que compõe cada Baú:

- questões relacionadas à identidade pessoal, cultural e local;
- relação dos indivíduos com a natureza e ambiente;
- papel social dos leitores na família e na comunidade (dos Santos Lima 2009a).

As crianças lêem livros e depois têm um momento de reflexão a partir das realidades deles, buscando assim uma educação mais contextualizada.



Depois de ter lido os livros, as crianças conversam sobre a história e a trazem para o mundo real. Ademais, desenvolvem várias dimensões artísticas (teatro, atividades lúdicas) (Zhara Leite Souza, Adalicio dos Santos Lima).

### **2.4.3. Projeto Prosperar**

*“O Projeto Prosperar foi concebido pela Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil (COMPETI) da Bahia, a partir da identificação de que seriam necessárias ações complementares que gerassem emprego e renda para que as famílias beneficiadas pelo PETI mantivessem seus filhos na escola, mesmo depois que a bolsa mensal oferecida fosse suspensa”* (MOC 2003). Assim, o projeto Prosperar busca criar processos sustentáveis entre as famílias. Esse projeto foi implantado em 2001 pelo MOC com a parceira da SETRAS e da SEAS.

De Outubro de 2001 a Dezembro de 2002, 3 065 famílias de 95 comunidades de 17 municípios, escolhidos dentro dos primeiros a executar o PETI na Bahia foram beneficiadas. A definição do número de famílias beneficiadas por município obedeceu à proporcionalidade de 10% de famílias cadastradas no programa. Essas famílias se beneficiaram de uma assistência técnica de dois dias por mês, de capacitações nomeadamente sobre o planejamento, a gestão da propriedade e técnicas de convivência produtiva com o semiárido. Essa assistência técnica de desenvolvimento das propriedades se acompanhou da disponibilização pelo MOC de recursos nas Cooperativas de Crédito, já existente ou que foram incentivadas a se implantar, por intermédio do COGEFUR (Conselho Gestor do Fundo de Crédito). Esse crédito rotativo funciona com juros favoráveis de 3%. Em complementaridade a esses recursos diretos do projeto, foram também alavancados recursos dos bancos oficiais através do PRONAF e apoios de empresas ou organizações internacionais. Assim, um total de 2.165 famílias beneficiou-se com 1.901 projetos de R\$ 2.990.144,57 em atividades integradas na propriedade, micro-emprego agrícola e apoio às microagroindústrias e fortalecimento de organizações.

Em menos de um ano, as famílias atendidas incrementaram sua renda de 31% (MOC 2003) (Urbano Carvalho) (Clécia Silva et al. 2009).

## **2.5 Os atores do território**

Com o envolvimento oficial da sociedade civil pelo Estado da Bahia, 3 tipos de atores se destacam a mais dos beneficiários: a sociedade civil, o poder público e os agentes empregados no PETI (Magalhães 2008).

### ***2.5.1 A sociedade civil***

Os principais atores do PETI são: o MOC; as organizações internacionais (UNICEF, OIT e Laboratório Pfizer) e os STRAFs.

Há outras entidades da sociedade civil que têm um papel no PETI: a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), a igreja católica, o Centro de Apoio aos Interesses Comunitários (CEAIC), a Fundação de Apoio aos/as Trabalhadores/as Rurais e Agricultores/as Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (FATRES), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e as associações comunitárias (Ildes Ferreira, Adalicio dos Santos Lima, Ezequiel Santiago).

### ***2.5.2. O poder público***

O poder público é constituído:

- da Secretaria Municipal de Ação Social na escala das prefeituras;
- da SETRAS (SEDES desde 2007) na escala do Estado;
- do MDS na escala da União.

Antes da municipalização, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) tinha também um papel no PETI (Ildes Ferreira, Adalicio dos Santos Lima, Ezequiel Santiago, Marília Magalhães).

### ***2.5.3. Os agentes empregados do PETI***

O programa é a origem, pela Jornada Ampliada e os projetos da sociedade civil, da criação de empregos, particularmente os monitores e os agentes de família. Aqueles participarão de muitas capacitações, o que mudou o futuro deles.

*“Ser agente de família permitiu abrir a cabeça e também melhorar o currículo graças às formações.”* (Silvio e Roquinho)

Assim, novas lideranças e novos profissionais nasceram.

### ***2.5.4. As famílias, principais beneficiárias do PETI***

As famílias, como público alvo, beneficiam-se do PETI em todos os eixos do programa: recebem a Bolsa Família, deixam as crianças na Jornada Ampliada e ingressam nos projetos do PETI.

Muitas dessas famílias têm uma estrutura familiar debilitada, sem nenhuma consciência dos seus direitos. Ademais lhes faltam cultura e educação. Enfim, os agentes de família foram confrontados a alguns problemas de alcoolismo.

Os pais não entendem bem a importância de seus filhos não trabalharem. Com efeito, eles cresceram com a cultura de que o pai ensina a trabalhar. Assim, todos os pais não concordam com a UJA e acham que a criança vai virar vagabundo.

A Bolsa Família é utilizada pelos pais para comprar geladeiras, camas, lençóis, comida, roupas, material escolar, remédios, bicicletas, motos, animais, material de agropecuária... Porém, alguns pais, particularmente os homens, compram álcool com esse dinheiro. Assim, as prefeituras dão a bolsa preferencialmente às mães, que são mais responsáveis.

## **2.6. Recursos**

O programa é financiado com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, com o co-financiamento dos estados e municípios, podendo contar, ainda, com a participação financeira da iniciativa privada e da sociedade civil.

### ***2.6.1. Co-financiamento dos governos Municipal, Estadual e Federal***

Assim, os governos Municipal, Estadual e Federal co-financiam a manutenção da Jornada Ampliada. A União financia também a Bolsa Criança Cidadã e ações de promoção da geração de trabalho e renda para as famílias. O Estado paga o salário dos monitores e o Município paga a infraestrutura da Jornada Ampliada e outros gastos.

O co-financiamento do PETI evoluiu: por exemplo, até 2009, o Estado assumia 90% do financiamento do pagamento dos monitores, do pessoal, logística... Deixando a prefeitura assumir 10% das despesas. Hoje em dia a prefeitura tem que assumir 30%.

As despesas principais da prefeitura são: logística, auxiliar, limpeza, aluguel, transporte dos alunos e professores.

Assim, a meta do Território do Sisal em 2010 é de R\$6.318.900 com 21.078 crianças e adolescentes atendidos (25R\$/criança/mês). Em 2008 e 2009, foram atendidos, respectivamente, 19.498 e 20.074 crianças e adolescentes com um custo de R\$22,00 por criança ao mês em 2008 e R\$25,00 em 2009. O orçamento mensal do PETI em Valente é de R\$31.000 para 1.343 crianças (23R\$/criança/mês) (Fonte: SMAS Valente). Segundo Adalicio dos Santos Lima, coordenador do PETI no SMAS de Valente, R\$23,00 de orçamento por criança ao mês é pouco, e para conseguir tem que saber manejar coisas e economizar.

### ***2.6.2. A participação da sociedade civil***

A sociedade civil paga sua própria atuação dentro do PETI e os projetos que desenvolve com o apoio financeiro do governo. Assim, para financiar os projetos, o MOC recebe dinheiro das ONGs ou de iniciativas privadas como: A UNICEF; A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG); O Instituto Belgo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Social (disopbrasil); O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); A SETRAS; Pfizer; A PETROBRAS.

No Território do Sisal foi a implicação intelectual e financeira da sociedade civil que deu essa forma ao PETI.

### ***2.6.3. A tramitação da Bolsa Criança Cidadã para a família***

Até 2006, a família recebia cheque de R\$25,00 por criança a cada mês através da prefeitura. Assim, o Governo Federal repassava o dinheiro ao Estado, que repassava o dinheiro ao Município. Desde 2006, com a implantação do Cadastramento Único e da bolsa família o pagamento das bolsas passou a ser realizado diretamente para as famílias por meio do Cartão do Cidadão. Desta forma, os custos para pagamento das bolsas às famílias são de responsabilidade da SEAS/MPAS, por intermédio do agente operador, que é a Caixa Econômica Federal (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome 2004).

Em 2006, evoluiu o valor da bolsa concedida à família com a integração do PETI na Bolsa Família. Assim, a família recebe um valor fixo de 68R\$ por mês e a variável do PETI. Em 2010, o valor da variável é de R\$22,00 por criança ao mês, até 3 crianças por família. e então, ao máximo, a família pode receber R\$134,00.

Para assegurar o gasto responsável da bolsa pela família, a mãe é a dona da bolsa e do cartão do cidadão. Assim, por experiência a mãe investe na família para melhorar as condições de vida quando o pai pode gastar a bolsa para comprar bebidas alcoólicas.

*Financiamento: montante. De onde vem o dinheiro? Quem financia? Como tramita o dinheiro?*

*Orçamento/Gastos (capacidade de execução)*

*Recursos humanos previstos/mobilizados? ver livro avaliação*

*Material pedagógico/espacos/alimentação*

*Jornada ampliada.*

## **2.7. Ações implementadas**

*O que foi previsto ao nível do território?*

*O que foi feito? Indicadores quantitativos de realização: a definir em função dos objetivos e das metas (ver os relatórios)*

*a)Número de pessoas atendidas, número de famílias*

*b)Número das bolsas*

*c)Número de capacitações dadas...*

*d).....*

*Análise das diferenças entre O que está previsto? O que está feito? explicação.*

## **3. GOVERNANÇA E EVOLUÇÃO DO PETI**

### **3.1 Os atores do território**

Com o envolvimento oficial da sociedade civil pelo Estado da Bahia, 3 tipos de atores se destacam a mais dos beneficiários: a sociedade civil, o poder público e os agentes empregados no PETI (Magalhães 2008).

#### ***3.1.1. A sociedade civil***

A sociedade civil gera os projetos de desenvolvimento socioeconômicos das famílias e também desenvolve projetos dentro da Jornada Ampliada (o Baú de Leitura). Ademais, a sociedade civil vigia o uso dos recursos para a Jornada Ampliada e pressiona o poder público sempre no objetivo de melhorar o PETI em todos os seus eixos.

O MOC tem 3 papéis principais: Coordenação do PETI na Bahia em parceria com o Governo Estadual; Capacitação dos monitores; Elaboração e implementação de projetos socioeconômicos de apoio às famílias do PETI.

Esse trabalho não seria possível sem o apoio técnico e financeiro de organizações internacionais (UNICEF, OIT e Laboratório Pfizer), nem sem a parceria com os STRAFs. Com efeito, são os STRAFs que implementam os projetos, controlam os municípios (para evitar irregularidades na aplicação dos recursos), indicam os agentes de família e os monitores para a seleção.

Enfim, outras entidades apóiam essas ações e participam das Comissões e Conselhos do PETI (Ildes Ferreira, Adalicio dos Santos Lima, Ezequiel Santiago).

#### ***3.1.2. O poder público***

O poder público gera e coordena mais as duas ações previstas no PETI: a Bolsa Criança Cidadã e as Unidades de Jornada Ampliada.

Assim, as prefeituras, pelas Secretarias Municipais de Ação Social, coordenam as UJAs, repassando os cheques da Bolsa Criança Cidadã antes da criação do cartão cidadão e co-financiando o PETI (infraestrutura e transporte).

Os governos Estadual e Federal co-financiam a maioria dos PETIs: o Estado paga os monitores e repassa as verbas da União. A união paga a Bolsa Criança Cidadã desde 2006 através da Caixa. A SETRAS e o MDS financiavam também o projeto PROSPERAR.

Antes da municipalização, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) tinha o papel de cadastrar as famílias do PETI. Desde a municipalização, são as prefeituras quem fazem aquele cadastramento (Ildes Ferreira, Adalicio dos Santos Lima, Ezequiel Santiago, Marília Magalhães).

### ***3.1.3. Os agentes empregados do PETI***

Os monitores ensinam as crianças. Os agentes de família eram a ponte entre as famílias e o mundo exterior.

O programa é a origem, pela Jornada Ampliada e os projetos da sociedade civil, da criação de empregos, particularmente os monitores e os agentes de família. Aqueles participarão de muitas capacitações, o que mudou o futuro deles.

### ***3.1.4. As famílias***

Foi para elas e as crianças que o PETI foi criado: assim, as crianças beneficiam-se da Jornada Ampliada e a família da Bolsa Criança Cidadã e dos projetos da sociedade civil.

O andamento do PETI depende das interações entre todos esses atores.

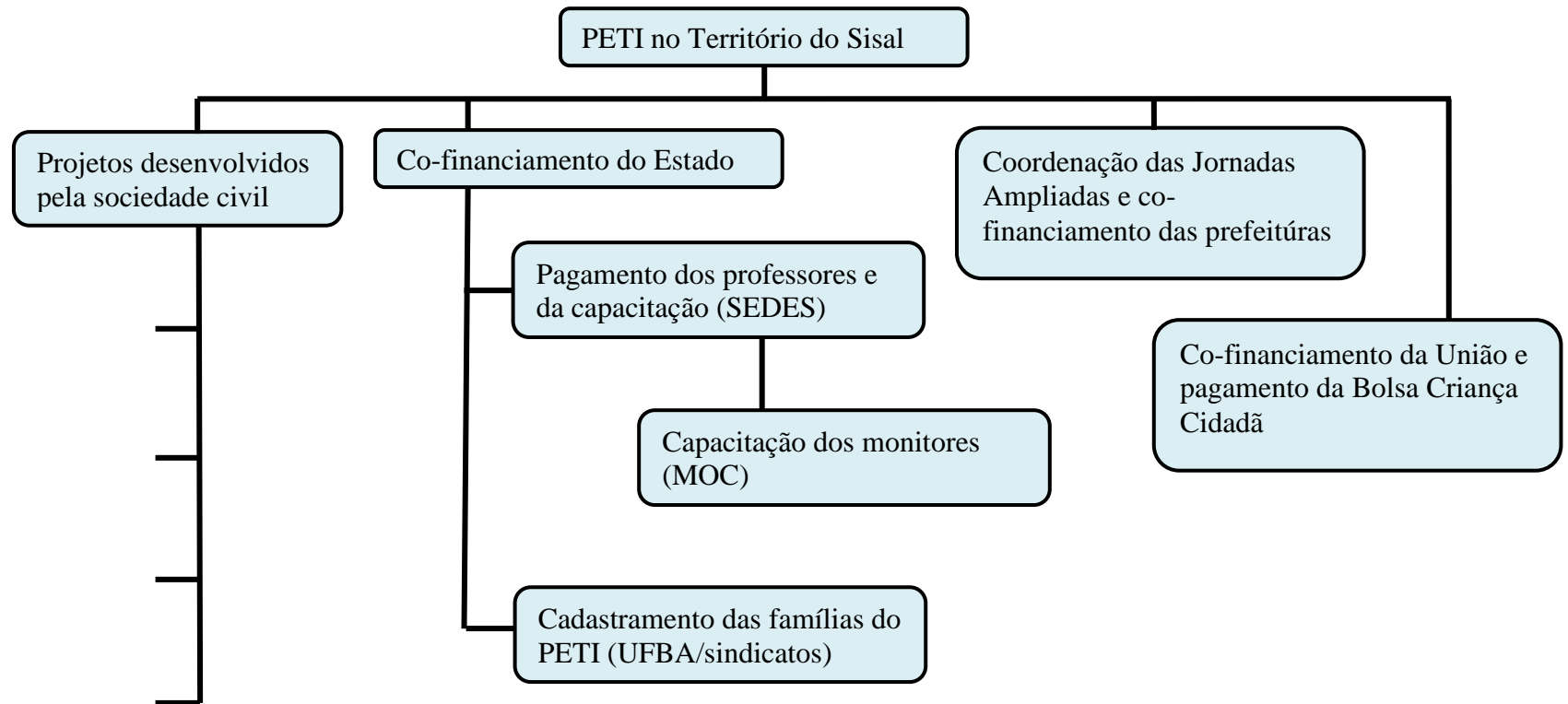


Figura 1: Envolvimento dos atores do PETI no Território do Sisal. FONTE: Magalhães, 2008

## **3.2. Evolução das inter-relações entre o atores**

*Quais são as inter-relações entre os diferentes atores?(sobretudo poder público e sociedade civil) Participação e Mobilização dos atores (incluindo público beneficiário)*

*Quais foram os conflitos? Como foram resolvidos?*

Uma vez implantado, o PETI pode ser dividido em duas fases: de 1997 até 2008 e de 2008 até hoje com a municipalização do PETI. Essa reforma se traduziu por uma participação menor da sociedade civil.

### **3.2.1. O PETI da sociedade civil: de 1997 a 2008**

Desde o começo, o Estado, através da SETRAS, integrou a sociedade civil no processo de decisão. Assim foram criados: O grupo gestor municipal do PETI; As comissões estadual, regional e municipal do PETI; Os fóruns estadual, regional e municipal do PETI.

A SETRAS, nomeadamente um grupo de trabalho que não foi formalizado e a comissão estadual do PETI (COMPETI) coordenavam o PETI.

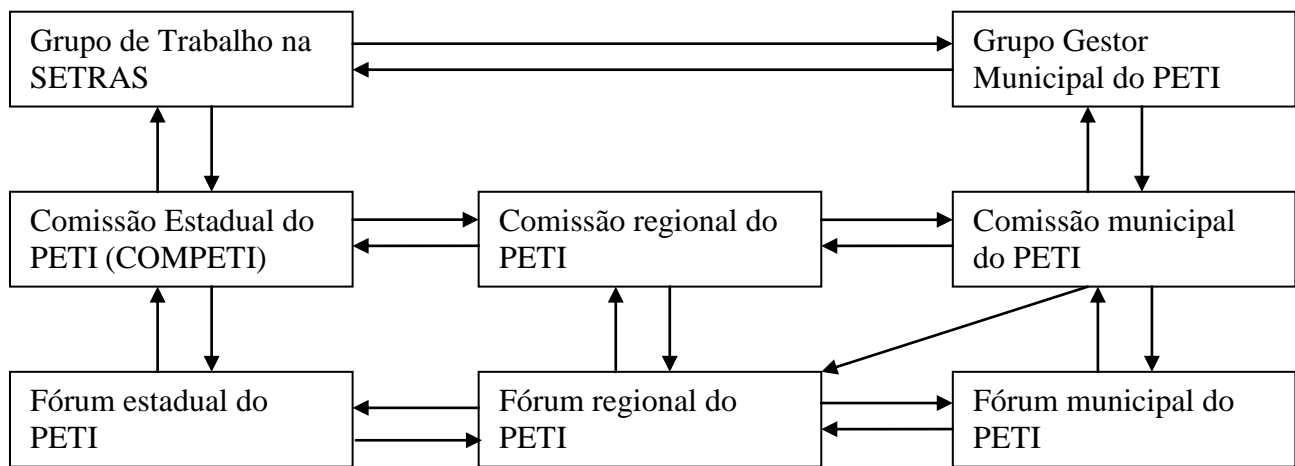
Assim, os grupos gestores municipais, como as comissões, eram paritários, e os fóruns eram espaços de participação social abertos. O grupo gestor estadual era somente o órgão onde não havia membros da sociedade civil. Cada tinha que se reunir pelo menos uma vez por mês ou cada dois meses:

- o governo estadual organizava as comissões estadual e regional, o grupo de trabalho da SETRAS e o fórum estadual;
- o governo municipal organizava a comissão e o grupo gestor municipal;
- a sociedade civil organizava os fóruns regionais e municipais.

Na prática, não havia regularidade na reunião dos fóruns nomeadamente aos níveis estadual e municipal: com efeito, o Fórum Estadual dependia da Secretaria de Estado para acontecer e o Fórum Municipal nunca funcionou bem porque havia, também nos Municípios, o Grupo Gestor. Porém, quando esse último acontecia era mais amplo. Quanto ao Fórum Regional, acontecia com reuniões rotineiras a cada dois meses. Depois, quando novos municípios foram ingressando no programa, passaram a realizar também Reuniões Sub-Regionais, agrupando municípios de uma micro-região.

Todas essas entidades eram interconectadas: a mesma pessoa podia ser membro de várias comissões ou grupo gestores. Ademais, as informações circulavam entre as comissões, das comissões aos grupos gestores e dos fóruns às comissões (Figura 3) (Valdir Fiamoncini, Ildes Ferreira).





**Figura 2: interações entre as varias entidades do PETI entre 1997 e 2008**

O grupo gestor municipal e a SETRAS tinham um papel mais administrativo: gerenciamento da questão financeira, monitoramento do PETI, conhecimento e aplicação das deliberações das comissões, execução do PETI, captação e repasse dos recursos na escala estadual ou municipal. Assim, em nível municipal, havia o papel de gerir o repasse das bolsas às famílias, fazer licitações para comprar o material etc. (Valdir Fiamoncini, Adalicio dos Santos Lima)

As comissões tinham todas, o mesmo papel em escalas diferentes. Era um papel mais político a caráter consultivo e propositivo sobre o PETI: resolução dos problemas, definição de encaminhamentos e planejamentos, fiscalização das ações, proposição de ações e de melhorias para os grupos gestores. Ademais, as comissões em nível regional e nacional tinham o interesse de trocar experiências (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome 2004) (Ezequiel Santiago, Valdir Fiamoncini).

Além das comissões, havia fóruns estadual, regional e municipal que se reuniam a cada mês. Nos fóruns, assim como nas comissões, a discussão era mais ampla e livre. Os fóruns tinham um papel na resolução dos problemas levantados pelas comissões municipais e na facilitação do processo. Assim, o fórum regional fez avaliações do funcionamento do PETI. O fórum fazia propostas para as comissões que geralmente as validava (Gilca Morais, Valdir Fiamoncini).

No PETI, o papel das comissões era muito importante e destaque que o PETI era uma política pública processual: o dinamismo local foi indispensável para o sucesso do PETI.

### ***3.2.2 A municipalização em 2008***

Em 2008, apesar da luta da sociedade civil, o PETI foi municipalizado, o que se traduziu por uma responsabilidade maior do município que assume as despesas e por uma nova estrutura. Assim, a justificativa do Estado era que ele gastava muitos recursos para contratar os monitores, o que era da responsabilidade do município. Ademais, a municipalização era uma obrigação do Governo Federal, que quis implantar o SUAS, Sistema

Único de Assistência Social em todos os estados e municípios. Assim, essa mudança na política nacional de assistência social implicava a municipalização do PETI.

Porém, essa municipalização podia ser feita com um desenho diferente e com um melhor acompanhamento das prefeituras. Assim, quando o Estado da Bahia desenhou a nova estrutura do PETI, o nível regional do PETI parou. Só ficaram as escalas municipais e estaduais.

Na escala municipal, a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (COMETI) ficou com menos poder, e o grupo gestor foi substituído pelo Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS). O CMAS tomou o papel de deliberação do grupo gestor, nomeadamente das questões financeiras, mas trata de muitos outros assuntos que o PETI. Assim mesmo, caso se reúna todo mês, nem sempre se trata do PETI. Ademais, a COMETI, que fiscaliza o andamento do PETI, é pouco ouvida pelo CMAS.

Em nível estadual, a SEDES, através da Superintendência da Assistência Social e da Coordenação da Proteção Social Especial, coordena todo o processo de acompanhamento do programa e a COMPETI (MOC 2007).

### ***3.3. Conflitos***

Durante as reuniões havia conflitos metodológicos, o que é normal. Mas, em alguns grupos de gestores municipais, havia também conflitos ideológicos, políticos. Também havia dificuldades de compreensão entre os professores e os monitores.

#### ***3.3.1. Os conflitos políticos***

No Brasil, a importância da política impacta o andamento das políticas públicas. Assim, no PETI, primeira política pública onde colaborou a sociedade civil e o poder público, houve muitos conflitos políticos, em particular nos grupos gestores municipais. Com efeito, a sociedade civil era geralmente do Partido dos Trabalhadores (PT) e a prefeitura do Partido Democratas (DEM). Então, um desconfiava do outro: a sociedade civil pensava que a prefeitura quis o dinheiro, e a prefeitura achava que a sociedade civil quis atrapalhar a gestão para ter o dinheiro e também um poder político maior. Por exemplo, em Santa Luz tive problemas com o fornecedor de carne, amigo do prefeito: a sociedade civil achava que ele fornecia carne de má qualidade, e para evitar isso à comissão indicou duas pessoas, uma da sociedade civil e uma da prefeitura, para acompanhar o monitoramento da carne, ou seja, receber a carne e garantir a qualidade dos produtos sem favoritismo.

Outro problema ocasionado pela política foi a corrupção dos monitores: se um monitor não tivesse votado no prefeito, acontecia muito de ele ser perseguido por esse prefeito, mesmo que a prefeitura não pudesse escolher os monitores.

Até então, esses conflitos não aconteciam em todos os municípios: podiam-se ter boas relações. Assim, antes da municipalização, havia conflitos em Valente, o que não há mais desde a municipalização. Tendo mudado os atores, não há mais conflitos no CMAS, mas sim na COMETI.

Assim, esses problemas de conflitos não podem ser resolvidos: depende muito de cada pessoa, e quando tiver há que se conviver com isso (Ezequiel Santiago, Adalicio dos Santos Lima).

### ***3.3.2 Compreensão entre os professores da escola e os monitores da UJA***

O funcionamento da UJA é muito diferente da escola. Por isso, os professores não se entendiam: muitas vezes o professor da escola não gostava do programa e das atividades da UJA. Com efeito, não tinham a mesma formação nem a mesma metodologia. Ademais, os monitores são funcionários da Secretaria Municipal da Ação Social, enquanto os professores são da Secretaria de Educação.

Agora, as relações melhoraram: os professores e os monitores fazem a mesma capacitação (Ezequiel Santiago, Adalicio dos Santos Lima).

## **3.4. Problemas, Evolução e ajustes**

*Quais foram os problemas que apareceram?*

*Quais foram as evoluções e adaptações? Por quê? Como foram decididas*

*Retorno até o quadro normativo*

### ***3.4.1. Frequência escolar dos alunos***

Até 2006, acontecia muito o atraso da Bolsa Criança Cidadã. Quando acontecia, os pais de alguns alunos não os deixavam na escola e os devolviam para o trabalho infantil. À chegada da bolsa, os alunos voltavam para a UJA. Os pais faziam isso porque não entendiam a necessidade para as crianças de não trabalhar, e achavam que iam tornar-se, dessa maneira, preguiçosos. Com efeito, a maioria dos pais que tiravam as crianças da UJA para trabalhar os deixava na UJA por causa da obrigação de uma frequência escolar superior a 85% para ter direito ao PETI.

As bolsas podiam ser atrasadas por duas razões:

- Mudança de gestores públicos (da prefeitura ou do governo estadual/federal) pelo processo de eleição;

— Orçamento: as previsões eram feitas por 6 meses mas teve problemas de atraso. Esse problema foi resolvido com a incorporação do PETI na Bolsa Família e o cartão cidadã (Ezequiel Santiago).

Em 2010, há ainda problemas de frequência escolar das crianças, mas são majoritariamente adolescentes que preferem ganhar dinheiro do que ir para a escola ou na jornada ampliada.

### **3.4.2. A trajetória do PETI**

A mobilização da sociedade civil para erradicar o trabalho infantil mudou ao longo dos anos: da luta para a criação do PETI, passou-se por um dinamismo criativo para chegar até uma fase de não envolvimento da sociedade civil. Assim, de 1996 até 2002, a sociedade civil criou e imaginou projetos de desenvolvimento socioeducativos e de geração de renda. De 2002 até 2007, a sociedade civil só ficou trabalhando com os projetos que já existiam.

Em 2005, o PAF acabou porque a UNICEF deixou faltar recursos para financiar os municípios que não quiseram assumi-lo. Só dois sindicatos assumiram a continuidade do PAF nessa época: Conceição de Coité no Território do Sisal e Riachão de Jacuípe. O PAF era tão importante que o PETI começou a deixar de andar bem quando parou. Com efeito, não havia mais seminários, cursos, formações, campanhas... nem pesquisas para ajudar o MOC a fazer outros programas. Assim, quando Roquinho e Silvio dizem que “*o fracasso do PETI foi causado pelo fracasso do PAF*”, não estão longe da verdade: em 2005, o PETI perdeu sua vigor.

A integração em 2006 do PETI no Programa Bolsa Família ampliou esse fenômeno: assim, as famílias recebiam a Bolsa Criança Cidadã todo mês sem atraso. Porém, o cadastramento das crianças passou a ser executado através do CADÚNICO, sem controle do perfil das famílias. Assim, as famílias que ingressam no PETI são as que “*alimentam o cadastro único no campo de 270*” (Adalicio dos Santos Lima, Vera Carneiro e Eliana Carneiro).

Mas, foi em 2007 que o dinamismo da sociedade civil caiu com uma COMPETI quase desativada, o que se tornou ainda pior com a municipalização do PETI em 2008. Assim, em 2008, apesar da luta da sociedade civil, o PETI foi municipalizado. A justificativa do Estado era que ele gastava muitos recursos para contratar os monitores, o que era da responsabilidade do município. Com efeito, “*sempre foi o único estado da Federação a assumir o salário dos monitores*” (MOC 2007).

Segundo Eliana Carneiro e Vera Carneiro, “*a municipalização foi uma estratégia errada do Estado*”. Assim mesmo, se a mobilização da sociedade civil era menos forte, o programa estava dando certo. A estratégia utilizada foi terceirizar o PETI, contratando

empresas para empregar e capacitar os monitores. Essa terceirização foi um processo transitório para os municípios terem tempo de ficar prontos em 2010. Essa terceirização foi um erro: as empresas não tinham nenhuma experiência sobre o Trabalho Infantil nem para capacitar os monitores. Os monitores, com 11 anos de experiência, a maioria deles tinham mais conhecimento que essas empresas. O que fracassou ainda mais o PETI foi a falta de um processo de acompanhamento, supervisão nos municípios, para ajudá-los. Assim, em 2010 os municípios tinham que fazer a seleção dos monitores, o que não fizeram. Por consequência, o Estado parou de repassar os recursos aos municípios. Assim, em Maio de 2010 em Valente, as UJAs pararam para recomeçar em Junho com recursos próprios do município. Ainda antes, os monitores trabalharam sem ser pagos. Em Junho de 2010 começaram o processo de seleção dos monitores, no objetivo de contratar educadores sociais.

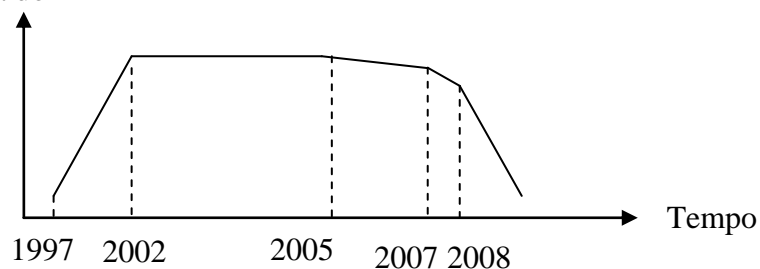
O Estado da Bahia foi o último Estado a municipalizar o PETI, o que era uma obrigação federal, mas cada Estado podia desenhar essa municipalização do jeito que quisesse. Assim, foi o desenho e a falta de acompanhamento que fracassaram o PETI. Com efeito, o PETI não funciona mais como antes da municipalização:

Ademais, o processo de municipalização fracassou. O processo de mobilização já ia fraco: os atores da sociedade civil não se identificam mais no PETI.

*“O PETI não tem nada a ver com o PETI que nós construímos”* (Ildes Ferreira)

Para muitos, o PETI acabou em 2008 ou pelo menos não é mais uma política pública.

Dinâmica do PETI



**Figura 3: Ilustração da dinâmica do PETI em função do tempo**

Os principais fatores à origem dessa baixa na atuação da sociedade civil são vários. Assim, além de uma baixa já existente nos movimentos sociais, muitos atores do PETI foram chamados pelo governo e trabalharam por ele, o que fragilizou o PETI. Ademais, faltavam lideranças para gerir as políticas e assumir os projetos. Segundo Ildes Ferreira, *“nos não conseguimos formar quadros ao nível que precisávamos”*. Enfim, os recursos necessários para o bom funcionamento do PETI caíram.

Assim, de acordo, com Ildes Ferreira, *“conseguiram muitas coisas, mas não conseguiram segurar”*. Assim, os atores do Território concordam para dizer que o trabalho

infantil aumentou pelo menos nas cidades e alguns acham que mesmo no campo crianças trabalham de novo. Para verificar isso, um estudo tem que ser feito, mas a questão da sustentabilidade do PETI chega aqui: o que aconteceria se o PETI acabar? Apesar de uma mobilização forte da sociedade civil, durante 10 anos com projetos de sensibilização e de aumento da renda das famílias, logo que o PETI começa a fracassar, o trabalho infantil aumenta (Ildes Ferreira, Vera Carneiro e Eliana Carneiro, Roquinho e Silvio, Adalicio dos Santos Lima).

### ***3.4.3. Problemas desde a municipalização e consequências***

Quando as responsabilidades, nomeadamente a seleção dos monitores, foram repassadas às prefeituras, essas últimas não foram prontas. Assim, os monitores tiveram que ser selecionados pelas prefeituras no início do ano de 2010, mas não foram. Por consequência, o município não recebeu os recursos para paga-los. Então, em Abril, a Jornada Ampliada parou em todas as prefeituras e as crianças voltaram ao trabalho. Para evitar isso, em Valente, em Maio, decidiram financiar os monitores por seis semanas até os monitores serem selecionados. Normalmente, a seleção devia ser feita em julho de 2010 em Valente, mas a seleção não tem acontecido em todos os municípios ainda. Depende do grau de adiantamento das prefeituras no processo de seleção (Vera Carneiro e Eliana Carneiro, Maria Rita Alves Ferreira da Silva e Silva, Joseneide da Silva Oliveira).

A sociedade civil lutou para a prefeitura resolver esse problema mais cedo. Infelizmente, desde a municipalização, ela não é ouvida, em especial pelo CMAS. Porém, seria ainda pior sem a sociedade civil atuando. Com efeito, o poder público tem receio de a sociedade civil divulgar os problemas (Maria Rita Alves Ferreira da Silva e Silva).

### **3.5. Sistema de informação e de monitoramento**

A portaria de 2001 previu a criação de indicadores interessantes para facilitar a avaliação do PETI. No entanto, esses indicadores nunca foram recolhidos e possuem poucos dados sobre o PETI.

Para a operacionalização das atividades de gestão de benefícios da Bolsa Família pelos municípios, a Caixa Econômica Federal desenvolveu o Sistema de Benefícios ao Cidadão (Sibec). Esse sistema é informatizado, com acesso via internet e permite consultar desde a situação do benefício de uma família específica, até informações gerenciais sintéticas, como a folha de pagamento do Bolsa Família e dos programas remanescentes no município. O sistema atende à necessidade de dar transparência ao Bolsa Família. Com ele, todas as

instâncias de controle social têm acesso a informações para acompanhamento da gestão de benefícios, possibilitando maior participação da sociedade no controle do programa<sup>1</sup>.

Esse sistema é a base do andamento do SISPETI, Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do PETI, criado em 2007 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Com efeito, o gestor municipal tem que selecionar as crianças e adolescentes no Sibec, para depois alimentar o SISPETI. O SISPETI possibilita colher dados qualitativos sobre a jornada ampliada, quantidade de monitores e horário de funcionamento de cada núcleo do programa. Além disso, o sistema controla a frequência mensal das crianças e adolescentes na escola e jornada ampliada<sup>2</sup>.

Na Bahia, há também o Sistema de Avaliação e Monitoramento de Indicadores do Programa Bolsa Família (Sisami) criado pela SEDES da Bahia e que permite acompanhar a execução do Bolsa Família nos municípios de forma mais sistematizada e identificar as gestões que estão em risco<sup>3</sup>.

#### **4. IMPACTOS PROVÁVEIS DO PETI E ESCOLHA DOS INDICADORES**

Essa parte apresenta os impactos prováveis do PETI, que são o fruto da reflexão e experiência dos atores do território. Assim, além de ter dito quais poderiam ser os impactos do PETI durante as entrevistas individuais, uma reunião foi feita com os atores para falar disso. Enfim, a opinião de Marília Magalhães, que estudou o PETI durante 6 meses e tinha uma perspectiva de fora do projeto; foi um grande apoio. Com essas ideias, indicadores podem ser escolhidos para medir os impactos.

Com o PETI “*conseguiram fazer entrar pobres na agenda do governo*”, o que resultou em inúmeros programas do governo e da sociedade civil na região (Ildes Ferreira). Essa frase resume bem os eixos do desenvolvimento sustentável sobre os quais o PETI teve mais impactos: permitir o desenvolvimento social assim como o institucional da região.

O PETI tem também impactos econômicos e ambientais que se destacam menos.

---

1 <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios/sistema-de-beneficios-ao-cidadao-sibec>. Acesso 13/07/2010

2 <http://br.groups.yahoo.com/group/cmpeti/message/513>. Acesso 13/07/2010

3 <http://www.sedes.ba.gov.br/sitesedes/bolsa-familia/condicionalidades/>. Acesso 13/07/2010

## **4.1. Impactos sociais**

O PETI tem a particularidade de ter impacto não só sobre a família e as crianças, mas também sobre os atores, em especial os agentes de família e os monitores.

Assim, os impactos sociais têm que ser diferenciados entre os impactos sobre a família, as crianças e adolescentes e os atores (monitores e agentes de família).

### ***4.1.1. Impactos sobre as crianças e os adolescentes***

O maior impacto do PETI é a diminuição do trabalho infantil, o que é o primeiro objetivo do programa. Parece que o trabalho infantil quase foi erradicado, mas infelizmente, ele tem aumentado desde a municipalização do PETI.

Mas, o PETI tem outros efeitos importantes sobre as crianças, em particular graças à Jornada Ampliada. Assim, melhorou o desempenho escolar das crianças e adolescentes, desenvolvendo o prazer pela escola e reduzindo a evasão escolar. Também mudou a mentalidade das crianças e adolescentes, estimulando sua desenvoltura, criatividade, conhecimento dos seus direitos e os sensibilizando à gravidez precoce...

Parece também que o PETI tem efeitos sobre a vida profissional dos adolescentes e adultos, muitos dos quais se tornaram escritores, publicitários, mobilizador social, monitores do PETI, funcionários públicos, enfermeiros... e alguns também tiveram acesso à universidade pública.

Ademais, a conscientização ambiental é maior nas crianças do PETI.

Enfim, a metodologia CAT utilizada na Jornada Ampliada, assim como o projeto Baú de Leitura, impactou a educação nas escolas. Com efeito, os professores foram sensibilizados ao método CAT graças ao PETI e ao Baú de Leitura estar chegando nas escolas, o que melhorou a educação das crianças.

### ***4.1.2. Impactos sobre as famílias***

Com a bolsa, a jornada ampliada e os projetos que nasceram do PETI, as condições de vida das famílias melhoraram: a bolsa permitiu aos familiares comprarem camas, comida... Os projetos do PETI ajudaram as famílias a melhorarem sua renda de forma sustentável, deram acesso às famílias a uma formação e cultura, e são a origem de construção de casas,... Com a jornada ampliada, alguns estudos foram feitos pelas crianças do PETI dentro das suas famílias sobre o acesso a água. Essa melhoria da vida tem efeitos sobre o êxodo rural.

Todavia, o PETI melhorou a auto-estima das famílias e mudou suas mentalidades: assim começaram a se preocupar mais com o que faziam as crianças na escola, a entender melhor a importância da escola. Além de tudo, a desigualdade de gênero diminuiu e as



mulheres mais independentes começaram a se organizar, formando, por exemplo, grupos de produção.

Enfim, os programas do MOC e o dinheiro da bolsa permitiram a diversificação da produção das famílias.

Esses impactos sobre as famílias são a origem de uma diminuição do êxodo rural definitivo.

O impacto do PETI sobre a autonomia das famílias está sujeito à discussão: aumentou graças aos projetos que nasceram do PETI ou diminuiu por causa da bolsa? Assim, alguns atores encontrados acham que com a bolsa criança cidadã algumas famílias tomam costume de ter dinheiro muito facilmente e assim se esforçam menos no trabalho.

#### ***4.1.3. Impactos sobre os atores***

O PETI, em especial a Jornada Ampliada e o Projeto Agentes de Família, teve impactos sociais sobre os atores: os monitores e os agentes de família. Assim, graças às formações e capacitações esses atores desenvolveram seus conhecimentos.

*“Ser agente de família permitiu abrir a cabeça e também melhorar o currículo graças às formações.”* (Roquinho e Silvio)

Aumentando a auto-estima de pessoas que nem sempre tinham fechado o ensino médio, o PETI criou novos líderes e profissionais, além de criar empregos dentro dos municípios.

*“Com o Projeto Agente de Família, aumentou significativamente o número de lideranças conscientes politicamente ligadas ao Sindicato”* (Clécia Silva et al. 2009)

Esses impactos sobre os atores levaram alguns deles a continuar seus estudos na universidade ou pelo menos a terminar o ensino médio: o empoderamento dos atores foi forte graças o PETI.

## **4.2. Instituição**

Quatro impactos institucionais se destacam. Esses impactos são tão importantes que são palpáveis mesmo para uma pessoa exterior.

### ***4.2.1. Nova forma de trabalhar***

Com o PETI, apareceu uma nova forma de trabalhar: o poder público e a sociedade civil começaram a trabalhar juntos. Essa forma de trabalho foi um ganho importantíssimo para o funcionamento da sociedade civil e o desenvolvimento da região.

Assim permitiu a evolução da mentalidade das organizações, que se tornaram mais propositivas e positivas, passando a acreditar que o desenvolvimento sustentável é possível no semi-árido.

Ademais, essa forma de trabalhar funcionou tão bem que é a origem da criação de novas instituições implicadas nos outros programas do Território do Sisal.

#### ***4.2.2. Criação de novas instituições***

O PETI criou uma ambiência favorável as novidades como as da criação de novas instituições.

Por exemplo, o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CODES), do Território do Sisal, nasceu em 2002 dessa mobilização. Assim, o CODES tem o papel de articular tanto as organizações do território quanto da sociedade civil e do poder público. Também a Ascoob e muitas cooperativas de crédito nasceram assim. Só a Sicoob-coopere de Valente existia antes do PETI.

Enfim, a REPARTE (Rede Parceiros da Terra), entidade sem fins lucrativos que tem como propósito contribuir na construção e gestão de programas e projetos voltados para o desenvolvimento sustentável das suas filiadas 4, nasceu do PETI.

#### ***4.2.3. Fortalecimento político e financeiro das instituições***

Sendo a protagonista do PETI, a sociedade civil, em especial o MOC e os sindicatos, se fortaleceu e tomou importância para o governo.

Também a importância dos sindicatos para os agricultores cresceu. Assim, por exemplo, “*a atuação dos agentes em diversas comunidades contribuiu para a disseminação e articulação de projetos desenvolvidos e/ou apoiados pelo Sindicato*” (Clécia Silva et al. 2009).

#### ***4.2.4. Surgimento de novas lideranças***

“*Com o Projeto Agente de Família aumentou-se significativamente o número de lideranças conscientes politicamente ligadas ao Sindicato, além de divulgar e ampliar o campo de atuação do sindicato que hoje se configura em resultados positivos para a instituição*” (Clécia Silva et al. 2009).

Assim, de acordo com Roquinho e Silvio, ex-agentes de família, vários dos agentes são diretores do STRAF.

Mas, o PAF não é o só responsável pelo surgimento de novas lideranças. Assim, todos os eixos do PETI, que seja a Jornada Ampliada, que seja a mobilização da sociedade civil, permitiram a formação de lideranças a tal ponto que o governo estadual chamou atores do PETI.

### **4.3. Econômico**

Os impactos econômicos do PETI não são muito fortes, mas permitiram a criação de várias cooperativas tanto de produção como de crédito no Território do Sisal. Assim, antes do PETI, só havia uma cooperativa de crédito no território: a Coopere de Valente. As outras nasceram do PETI e do PRONAF. Contudo, várias cooperativas de produção nasceram do PETI.

Além disso, o PETI é a origem do aquecimento da economia local graças à bolsa criança cidadã que “*gira o município*” (Urbano Carvalho) e as licitações dos mercados para o funcionamento das Jornadas Ampliadas, nomeadamente para o almoço e outras despesas.

Destarte, o PETI foi gerador de emprego e abriu o mercado do trabalho, em especial para os monitores.

Enfim, através dos projetos desenvolvidos pelo MOC, o PETI é a origem de um aumento da produtividade agrícola. Assim, não só o PROSPERAR permitiu esse aumento, mas também o PRONAF, cujo acesso era facilitado graças às informações dadas pelos agentes da família.

### **4.4. Ambiental**

O PETI melhorou o tratamento com o meio ambiente visando o desenvolvimento sustentável: através da Jornada Ampliada e do dia dos pais na escola, as famílias aprenderam a plantar, cuidar da água, destino do lixo, trabalhar com o reciclável. Assim, campanhas de reflorestamento, distribuições de sementes ou mudas adequadas à região, campanhas de manejo adequado do lixo e de triagem seletiva foram conduzidos, os Agentes de Família conseguiram conscientizar as famílias e a melhorar o ambiente. Ademais, as famílias começaram a produzir de forma mais sustentável, reduzindo os danos ambientais.

### **4.5. Impactos e indicadores**

Conhecendo esses impactos potenciais, indicadores foram escolhidos para medir os impactos. Contudo, os impactos foram hierarquizados: em vermelho, os que parecem os maiores; em laranja, os médios e em preto os menos importantes. Todavia, os impactos do PETI foram hierarquizados dentro de cada eixo do desenvolvimento sustentável com os atores.

Eixo do desenvolvimento sustentável		Impactos possíveis	Indicadores
Social	Crianças e adolescentes	<b>Diminuição do trabalho infantil</b>	Número de crianças que trabalham em 1996, 2001, 2008 (MT???) Número de crianças que deixaram de trabalhar (MOC, MT, IBGE) em 1996, 1997, 1998 Número de crianças que saíram do TI para o PETI em 1996, 1997, 1998, 2001, 2008 (MOC/SECS) Número de crianças na Jornada Ampliada em 1996, 1997, 1998, 2001 e 2008 (MOC, prefeitúras) Número ou % de crianças na escola antes e depois do PETI (MEC)
		<b>Desempenho escolar e prazer da escola</b>	Evolução da média de idade em que o aluno deixa de estudar ou da série média quando os adolescentes tem 16 anos (secretaria de educação: Gleibson, fazer um estudo com 50 adolescentes do PETI (ver com Adalicio SMAS) e 50 outros e comparação (dados so desde 2008) em 5 cidades)) Evolução da evasão escolar (MOC/SECS)
		<b>Mudança na mentalidade das crianças e adolescentes</b>	<b>Questionário a passar às prefeitúras, e aos sindicatos</b> para ver os impactos sobre os mesmos uma vez adultos e pais.
		<b>Diminuição da gravidez precoce</b>	Número de adolescentes grávidas que fazem parte do PETI (1996, 2001 e 2008) (secretaria de saúde???)

Eixo do desenvolvimento sustentável	Impactos possíveis	Indicadores
	<p>Vida profissional e acesso a universidade</p>	<p>Número de crianças ou adolescentes do PETI que são servidores públicos em 2010 (<b>questionário prefeituras/famílias: o PETI mudou a vida/o envolvimento profissional dos adolescentes do PETI?</b>)</p> <p>Número de adolescentes ou adultos do PETI que irão para a universidade em 2010 e comparação com os que não foram do PETI (<b>universidade?, SMAS, Secretaria de educação</b>)</p>
	<p>Conscientização ambiental</p>	<p><b>Questionário as crianças do PETI:</b> faz mais cuidado na casa ao ambiente? Fala com sua família do ambiente e do que fazer para não poluir?</p>
<p>Família</p>	<p>Melhoria das condições de vida</p>	<p>Redução de índices de pobreza (<b>IBGE</b>)</p> <p>Aumento da renda familiar (<b>IBGE/MOC</b>)</p> <p>Acesso a água potável</p> <p>Expectativa de vida para as famílias do PETI em 1996, 2001 e 2008</p> <p><b>Questionário as famílias (no dia da escola???)</b>: o PETI facilitou a vida no campo?</p> <p>A casa é mais confortável? Quais são as aquisições que fizeram graça o PETI?</p>
	<p>Aumento da renda familiar</p>	<p>Aumento da renda familiar (<b>IBGE/MOC</b>)</p>
	<p>Diminuição do exodo rural definitivo</p>	<p>Número de migrações definitivas do campo para a cidade (<b>IBGE</b>)</p> <p>Evolução da população rural em 1991, 2000 e 2008 (<b>IBGE, PTDRS 1991 e 2000</b>)</p> <p>Ver se tem pessoas que voltam para o campo</p>

Eixo do desenvolvimento sustentável	Impactos possíveis	Indicadores
	Mudanças nas mentalidades, empoderamento das populações (acesso aos direitos)	<p>Número de famílias participando ao dia da família em 1996, 2001 e 2008 (<b>SMAS</b>)</p> <p>Número de famílias participando a reuniões comunitarias e associações, nos espaços culturais (<b>MOC???</b>/<b>Sindicatos???</b>)</p> <p>Número de famílias reivindicando direitos em varias campanhas (<b>livro avaliação PETI</b>)</p> <p><b>Questionario as famílias que participam ao dia da família nas escolas</b></p>
	Melhoria da igualdade de gênero	<p>Número de mulheres/mães do PETI envolvidas no sindicato em 1996, 2001 e 2008 (<b>sindicatos</b>)</p> <p>Número s de grupos de produção de mulheres e data de criação (<b>MOC, relatorios</b>)</p> <p>Número de casos policiais no campo de homens batendo mulheres (<b>delegacia do município</b>)</p>
	Diminuição do esforço no trabalho	<b>Questão as pessoas da reunião do 20/07/2010:</b> vocês acham que as famílias trabalharam menos graça a bolsa?
	Diversificação da produção	<p>Evolução da produção das famílias do PETI entre 1996, 2001 e 2008 (<b>MOC relatorios</b>)</p> <p><b>Questionario as famílias</b></p>
Atores	Formação de novos líderes e outros profissionais	<p>Quantos diretores de sindicato surgiram graça o PETI? Quantos são ex-monitores e quantos são ex-agentes? (<b>Sindicatos</b>)</p> <p>Quantos ex-monitores trabalham na prefeitura? (<b>Prefeitura/ SMAS</b>)</p>

Eixo do desenvolvimento sustentável		Impactos possíveis	Indicadores
			<b>Questionario aos monitores novos e antigos e aos agentes de família</b>
		Motivação para a universidade e a retomada dos estudos	Número de antigos Agentes de Família e Monitores que foram na universidade <b>(Sindicatos e SMAS)</b> Número de antigos Agentes de Família que voltaram estudar no ensino medio <b>(sindicatos)</b> <b>Questionario aos monitores novos e antigos e aos agentes de família</b>
<b>Instituição</b>		<b>Nova forma de trabalhar junto</b>	Número de programas em quais a sociedade civil e o poder público trabalham junto <b>(sindicato de Coité, MOC)</b> Número de comissões ou forúns no território em 1996, 2001, 2008 <b>(relatorios do MOC)</b>
		<b>Criação de novas instituições</b>	Nome e número das instituições que nasceram do PETI <b>(pessoal do MOC)</b>
		<b>Surgimento de novas lideranças</b>	Quantos ex-agentes/atores do PETI são ou foram diretores de sindicatos? <b>(sindicatos)</b>
		<b>Fortalecimento político e financeiro das instituições</b>	Número de sindicalistas nos sindicatos do território em 1996, 2001, 2008 <b>(Sindicatos/FATRES)</b> Número de projetos desenvolvidos e/ou apoiados pelos sindicatos e o MOC em 1996, 2001, 2008 <b>(Sindicatos/FATRES, MOC)</b> Número de parcerias feitas pelos sindicatos e o MOC em 1996, 2001 e 2008

Eixo do desenvolvimento sustentável	Impactos possíveis	Indicadores
		<p>(<b>Sindicatos/FATRES, MOC</b>)</p> <p>Montante dos recursos recebidos (exteriores ao sindicato) pelo MOC e os sindicatos em 1996, 2001, 2008 (<b>Sindicatos/FATRES, MOC</b>)</p>
<b>Economia</b>	Criação de cooperativas de produção	Número e data de nascimento das cooperativas de produção criadas a partir do PETI e número e data de nascimento das cooperativas no território ( <b>sindicatos</b> ) para comparar ao dinamismo local
	Criação de cooperativas de crédito	Número e data de nascimento das cooperativas de crédito criadas a partir do PETI ( <b>agências/sindicatos</b> ) <b>Questão as pessoas da reunião do 20/07/2010:</b> Vocês acham que a criação de cooperativas de créditos foi o resultado do PETI? Mais o PETI que o PRONAF?
	Aquecimento da economia local	Montante de dinheiro entrando no território ( <b>território da cidadania (2007, 2008, 2009, 2010) , mais montante das bolsas famílias</b> ) Número e montante de licitações pela prefeitura (SMAS?) no âmbito do PETI em 1996, 2001 e 2008 e comparação com o número e montante de licitações na prefeitura ( <b>Prefeituras</b> ) ISS da prefeitura em 1996, 2001 e 2008 ( <b>prefeitura</b> )
	Geração de emprego	Número de empregos gerados pelo PETI e comparação com o número de emprego por município (prefeitura) Número de agentes de família e número de monitores por município em 2001 ( <b>livro</b>



Eixo do desenvolvimento sustentável	Impactos possíveis	Indicadores
		<b>de avaliação</b> ) e 2008 (para os monitores só)
	Aumento da produtividade agrícola	Produtividade das famílias antes e depois do PETI ( <b>MOC relatorios???</b> ) Evolução da renda familiar nas famílias que só trabalham nas roças próprias ( <b>MOC/IBGE</b> )
<b>Ambiente</b>	Melhoria do tratamento do ambiente na vida geral	<b>Questionario para as famílias:</b> o que fazem com o lixo? Vocês cuidam da agua?
	Reflorestação	Número de plantas, mudas ou sementes plantados por projeto feitos ( <b>relatorios do MOC</b> )
	Produção mais sustentável e redução dos danos ambientais	<b>Questionario as famílias</b>

## Abreviações

ABONG: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

APAEB: Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira

CEAIC: Centro de Apoio aos Interesses Comunitários

CMAS: Conselho Municipal da Assistência Social

CODES: Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável

COGEFUR: Conselho Gestor do Fundo de Crédito

COMETI: Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

DisopBrasil: Instituto Belgo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Social

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

FAT: Fundo de Amparo ao Trabalhador

FATRES: Fundação de Apoio aos/as Trabalhadores/as Rurais e Agricultores/as Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia

FETAG: Federação dos Trabalhadores da Agricultura

FNPETI: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

IPEC: Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MMTR: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MNMMR: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

MOC: Movimento de Organização Comunitária

ONG: Organização Não Governamental

PAF: Projeto Agente de Família

PAI: Programa de Ação Integrada

PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PPETI: Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

REPARTE: Rede Parceiros da Terra

SEDES: Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Fome

SETRAS: Secretaria de Trabalho e Ação Social

SMAS: Secretaria Municipal de Assistência Social

STRAF: Sindicato de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares

Sibec: Sistema de Benefícios ao Cidadão

Sisami: Sistema de Avaliação e Monitoramento de Indicadores do Programa Bolsa Família

SISPETI: Sistema de Controle e Acompanhamento da Frequência dos Serviços Socioeducativos do PETI

UFBA: Universidade Federal da Bahia

UJAs: Unidades de Jornada Ampliada

<b>Ator encontrado</b>	<b>Função</b>
Valdir Fiamoncini	ex-articulador do CODES
Gilca Morais	sindicato de Conceição de Coité, presidente do CODES
Eliene de Almeida Cunha	antiga mãe do PETI, sindicato de São Domingos
Adalício dos Santos Lima	coordenador do PETI, SMAS deValente
Silvio Soares da Silva	ex-coordenador do PAF em Queimadas
Roquinho	ex-coordenador do PAF em Santaluz
Urbano Carvalho	secretario financeiro do STRAF, diretor da FATRES
Ildes Ferreira	MOC
Joseneide da Silva Oliveira	Coordenador pedagogico do PETI, SMAS de Valente
Marilia Magalhães	Sociologue
Maria Rita Alves Ferreira da Silva e Silva	Diretoria Geral da Fundação APAEB
Vendalva	ex-monitor, MOC
Conceição Eliana Carneiro	assistente social CRESS
Vera	MOC
Anna Carla	MOC
Maria Clemilda de Jesus Silva	SMAS
Jaime de Oliveira	
Edmário dos Santos Reis	STRAF Quijingue
Cleonice S. Oliveira	MOC
Ezequiel dos Santos Santiago	articulador do CODES e coordenador do MUC

## Bibliografia

- Carneiro, Alberto, Clovis Lima, et Naidison Baptista. 2007. *O MOC na linha do tempo - 40 anos por um sertão justo*. Feira de Santana: MOC.
- Castelfranchi, Yuri. sans date. "Estatuto da Criança e do Adolescente: um marco na luta pelos direitos." *Com ciência*.  
<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=5&id=70> (Accédé Avril 30, 2010).
- Centro Dom José Brandão de Castro, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, Missão Criança Aracaju, Movimento de Organização Comunitaria, et União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação. 2008. *BAÚ DE LEITURA – Lendo histórias – Construindo cidadania*. Feira de Santana, Bahia.
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente da Bahia. sans date. "Programa de Erradicação do Trabalho Infantil."  
[http://200.187.19.67/ceca/planosestaduais\\_programa.html](http://200.187.19.67/ceca/planosestaduais_programa.html) (Accédé Avril 28, 2010).
- Magalhães, Marília Castelo. 2008. "Destroying old myths while building development lessons from the Sisal Region." degree of master of city planning, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology.
- Ministério da Previdência e Assistência Social. 1999. *Manual operacional do Programa de Erradicação do PETI*. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social - Secretaria de Estado de Assistência Social.
- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. 2004. *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - cartilha do PETI*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome  
[http://www.mds.gov.br/suas/menu\\_superior/publicacoes/manual\\_peti.pdf/view?search term=PETI](http://www.mds.gov.br/suas/menu_superior/publicacoes/manual_peti.pdf/view?search term=PETI) (Accédé Mai 24, 2010).
- Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho. 2004. "Plano Nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente."
- Ministerio do Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado de Assistência Social. 2001. Portaria n°458, Estabelece Diretrizes e Normas do Program de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. [zotero://attachment/95/](http://zotero://attachment/95/) (Accédé Mai 3, 2010).

- Ministerio do Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado de Assistência Social, 2006.  
Portaria Nº 385 de 26 de julho de 2006.
- Ministerio do Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado de Assistência Social, 2005.  
Portaria Nº 666 de 28 de dezembro de 2005.
- MOC. 2007. “O PETI e sua trajetória no Estado da Bahia.”.
- MOC. 2003. *Relatorio anual de atividades 2002*. Feira de Santana, Bahia.
- Organização Internacional do Trabalho. 2003. “Mobilização social e geração de renda na região sisaleira da Bahia.” P. 262 dans *Boas praticas de combate ao Trabalho Infantil: os 10 anos do IPEC no Brasil*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho  
<http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasil/dezanos/index.htm>.
- Pinheiro T. Paraiso, Cidália, et Naidison de Quintella Baptista. 2001. “Programa de prevenção e erradicação do trabalho infantil PETI – BAHIA. Projeto Agentes de Família.”.
- dos Santos Lima, Aline. 2009a. “Do "Motor de Sisal" para a sala de aula : relato das ações socio-educativas do programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) no territorio do Sisal/Bahia.” *Cadernos IAT*, 4-15.
- dos Santos Lima, Aline. 2009b. “Potencialidades e limites do programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) no territorio do Sisal/Brasil.” *INTERthesis* 6:218-240.
- Silva, Clécia, Maise Ferreira, Nubia Silva, et Urbano Carvalho. 2009. *40 anos construindo cidadania "Semeando Sonhos...Cultivando Direitos..." - 1969-2009*. Conceição do Coité: Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Famílias de Conceição de Coité.